

Carta Fiança E Seguro Garantia Judicial No Processo Do Trabalho PDF

IVANI CONTINI BRAMANTE



Mais livros gratuitos no Bookee



Digitalizar para baixar

Sobre o livro

Descrição do Produto

Este livro se propõe a oferecer uma análise aprofundada sobre um tópico inovador surgido da Lei 13.467/2017, que introduziu o que é conhecido como "Reforma Trabalhista" no Brasil. Apesar de a legislação já estar em vigor por aproximadamente um ano e meio, a utilização de cartas fianças e seguros garantias como alternativas ao depósito recursal e à penhora ainda gera debates acalorados e inúmeras dúvidas tanto entre acadêmicos quanto entre profissionais da área.

Com isso em mente, as autoras exploram minuciosamente todos os aspectos relacionados a esse tema, proporcionando um recurso valioso para estudantes de direito, advogados, procuradores e juízes. Este manual se destina a dissolver incertezas que possam surgir, abordando desde a essência do instituto até as práticas e princípios do processo judicial contemporâneo.

Portanto, trata-se de uma obra essencial não apenas do ponto de vista prático, mas também teórico, que se alinha às últimas tendências doutrinárias, aos posicionamentos do Judiciário e aos princípios que buscam garantir a efetividade da justiça e a racionalização dos trâmites processuais.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Por que usar o aplicativo Bookey é melhor do que ler PDF?



Teste gratuito com Bookey



Ad



Experimente o aplicativo Bookey para ler mais de 1000 resumos dos melhores livros do mundo

Desbloqueie **1000+** títulos, **80+** tópicos

Novos títulos adicionados toda semana

Product & Brand

Liderança & Colaboração

Gerenciamento de Tempo

Relacionamento & Comunicação

Estratégia de Negócios

Criatividade

Memórias

Conheça a Si Mesmo

Psicologia Positiva

Empreendedorismo

História Mundial

Comunicação entre Pais e Filhos

Autocuidado

Mindfulness

Visões dos melhores livros do mundo

Gerenciamento de Tempo

Os 7 Hábitos das Pessoas Altamente Eficazes



Mini Hábitos



Hábitos Atômicos



O Clube das 5 da Manhã



Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas



Como Não



Teste gratuito com Bookey





Por que o Bookey é um aplicativo indispensável para amantes de livros



Conteúdo de 30min

Quanto mais profunda e clara for a interpretação que fornecemos, melhor será sua compreensão de cada título.



Clipes de Ideias de 3min

Impulsione seu progresso.



Questionário

Verifique se você dominou o que acabou de aprender.



E mais

Várias fontes, Caminhos em andamento, Coleções...

Teste gratuito com Bookey





As melhores ideias do mundo desbloqueiam seu potencial

Essai gratuit avec Bookey



Digitalizar para baixar

Carta Fiança E Seguro Garantia Judicial No Processo Do Trabalho Resumo

Escrito por IdeaClips

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Quem deve ler este livro Carta Fiança E Seguro Garantia Judicial No Processo Do Trabalho

O livro "CARTA FIANÇA E SEGURO GARANTIA JUDICIAL NO PROCESSO DO TRABALHO" por Ivani Contini Bramante é uma leitura essencial para advogados, juízes e profissionais do direito que atuam na área trabalhista. Ele também é recomendado para estudantes de Direito que desejam compreender as nuances das garantias judiciais, bem como para empresários e gestores de recursos humanos que buscam se familiarizar com os aspectos legais que podem impactar suas empresas em casos trabalhistas. Além disso, contadores e especialistas em gestão de riscos podem se beneficiar do conhecimento sobre a importância da segurança jurídica nas relações de trabalho.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Principais insights de Carta Fiança E Seguro Garantia Judicial No Processo Do Trabalho em formato de tabela

Capítulo	Tema	Resumo
1	Introdução à Carta Fiança e Seguro Garantia	Apresenta a necessidade de garantias no processo trabalhista e a diferença entre carta fiança e seguro garantia. O autor discute a função dessas garantias na proteção dos direitos dos trabalhadores.
2	A Carta Fiança	Define a carta fiança, suas características, e seu uso no contexto judicial, especificamente em processos trabalhistas. Explora as obrigações do fiador e as implicações legais envolvidas.
3	O Seguro Garantia Judicial	Explica o conceito de seguro garantia judicial, suas modalidades e como funciona na prática. O autor analisa as vantagens e desvantagens em relação à carta fiança.
4	Aspectos Legais	Aborda a legislação pertinente que regulamenta a utilização de carta fiança e seguro garantia no Brasil, destacando os direitos e deveres das partes envolvidas e jurisprudências relevantes.
5	Comparativo entre Carta Fiança e Seguro Garantia	Realiza uma análise comparativa entre os dois instrumentos, focando nos aspectos financeiros, operacionais e de segurança para as partes.
6	Prática Judicial e Recomendações	Discute a aplicação prática desses instrumentos nos tribunais trabalhistas,



Capítulo	Tema	Resumo
		incluindo recomendações para advogados e empresas sobre como escolher entre a carta fiança e o seguro garantia.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Carta Fiança E Seguro Garantia Judicial No Processo Do Trabalho Lista de capítulos resumidos

1. Introdução à Carta Fiança e Seguro Garantia Judicial para Justiça do Trabalho
2. Aspectos Legais e Necessidade da Carta Fiança no Processo Trabalhista
3. O Papel do Seguro Garantia Judicial nas Reclamações Trabalhistas
4. Comparação entre Carta Fiança e Seguro Garantia: Vantagens e Desvantagens
5. Práticas e Procedimentos para Utilização da Carta Fiança e Seguro em Ações Judiciais
6. Considerações Finais e Oportunidades de Uso da Garantia Judicial no Trabalho

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

1. Introdução à Carta Fiança e Seguro Garantia Judicial para Justiça do Trabalho

A Carta Fiança e o Seguro Garantia Judicial são institutos que se destacam no âmbito do processo do trabalho, especialmente no que tange à segurança jurídica e à proteção dos direitos dos trabalhadores. No cenário atual, onde a celeridade e a eficácia nas relações jurídicas são essenciais, essas modalidades de garantias financeiras se mostram ferramentas úteis tanto para empregadores quanto para empregados, oferecendo um suporte imprescindível em casos de disputas judiciais.

Essa introdução destina-se a elucidar os contornos da Carta Fiança e do Seguro Garantia Judicial, enfatizando sua importância no contexto da Justiça do Trabalho. A Carta Fiança consiste em um compromisso firmado por uma instituição financeira, que se responsabiliza pelo pagamento de determinada quantia caso a parte garantida não cumpra com suas obrigações. Este instrumento visa proteger os interesses do credor e possibilitar que o devedor evite o bloqueio imediato de bens, garantindo uma maior fluidez na resolução de litígios trabalhistas.

De outro lado, o Seguro Garantia Judicial se apresenta como uma alternativa que garante a mesma segurança, mas sob uma ótica diferenciada. Ele funciona como um seguro que protege o segurado contra as consequências de não cumprimento das obrigações judiciais, proporcionando uma solução



que favorece a estabilidade financeira das partes envolvidas.

A utilização desses mecanismos no processo do trabalho é respaldada por uma série de dispositivos legais que regulam suas aplicações e condições. Com a atualização e a implementação de novas leis, como a Lei 13.467 de 2017, que reformulou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), houve uma maior facilitação da inclusão dessas garantias nas demandas judiciais, evidenciando a necessidade de uma análise crítica dos limites e potencialidades de ambos os instrumentos.

Portanto, entender o papel da Carta Fiança e do Seguro Garantia Judicial, suas especificidades e aplicações no contexto do Direito do Trabalho é crucial para a adequada condução de litígios e a promoção de um ambiente de segurança jurídica tanto para trabalhadores quanto para empregadores. Assim, esta introdução se propõe a ser um primeiro passo na exploração aprofundada sobre essas garantias, preparando o caminho para uma análise detalhada dos aspectos legais e práticos que envolvem sua utilização.



2. Aspectos Legais e Necessidade da Carta Fiança no Processo Trabalhista

O uso da Carta Fiança no contexto do processo trabalhista brasileiro é regido por um arcabouço legal que busca assegurar a efetividade das decisões judiciais e a proteção dos direitos trabalhistas. A necessidade da Carta Fiança se torna evidente em relação à garantia dos valores que podem ser reclamados em ações judiciais, garantido o cumprimento de obrigações por parte dos reclamados, especialmente as empresas que possuem maior risco de insolvência.

A Carta Fiança, em essência, é um contrato pelo qual uma instituição financeira se compromete a garantir o pagamento de uma obrigação de um terceiro, no caso, a condenação em um processo trabalhista. Sua utilização é fundamental para que o reclamatório possa prosseguir sem o risco de eventual frustração em decorrência de não pagamento. Essa modalidade de garantia oferecer um respaldo ao juízo, que poderá decidir com maior segurança, sabendo que há um respaldo financeiro em caso de condenação.

Do ponto de vista legal, a possibilidade de utilização da Carta Fiança no processo do trabalho é respaldada pela legislação brasileira, notadamente pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e pela Lei de Execução Fiscal. Nesse sentido, a CLT, em seu artigo 899, menciona que o juiz poderá exigir do executado o depósito de um valor ou a apresentação de uma fiança



para garantir o cumprimento da decisão. Essa previsão abre espaço para a utilização da Carta Fiança como um meio eficaz de garantir a execução das condenações trabalhistas. Além disso, a utilização desse tipo de garantia é muitas vezes menos onerosa e menos burocrática do que outras garantias como a penhora de bens ou a entrega de depósitos judiciais.

Além da norma trabalhista, a crescente inserção do Código de Processo Civil (CPC) nos processos trabalhistas também possibilita um maior respaldo para a utilização dessa modalidade de garantia. O artigo 835 do CPC, que discorre sobre as alternativas de garantia da execução, permite a utilização de diversos bens e direitos, contemplando as fianças bancárias, que se integram claramente ao conceito de Carta Fiança. Com isso, assegura-se maior flexibilidade e segurança jurídica às partes envolvidas, promovendo uma proteção mais efetiva dos direitos dos reclamantes.

Portanto, a Carta Fiança é uma ferramenta indispensável no processo trabalhista, permitindo que as partes garantam, de forma mais eficiente e com menor custo, o cumprimento das obrigações decorrentes de sentenças judiciais. Sua utilização não apenas promove a segurança jurídica das partes e do próprio Judiciário, mas também influencia positivamente na dinâmica das relações trabalhistas, trazendo um maior equilíbrio entre os interesses do empregado e do empregador.



3. O Papel do Seguro Garantia Judicial nas Reclamações Trabalhistas

O Seguro Garantia Judicial exerce um papel crucial nas reclamações trabalhistas, especialmente em um contexto em que a agilidade e a segurança jurídica são essenciais tanto para os reclamantes quanto para os reclamados. Este instrumento financeiro, que se apresenta como uma alternativa à tradicional carta fiança, possibilita que o devedor, normalmente uma empresa, possa atender às exigências de sua condenação judicial sem comprometer seu capital de giro ou sua solidez financeira.

Uma das principais funções do Seguro Garantia Judicial é promover a celeridade processual. Ao oferecer uma garantia eficaz sem a necessidade de bloqueio de bens ou valores, esse seguro permite que as partes avancem no processo sem as amarras da burocracia financeira que a liberação e a avaliação de garantias reais exigiriam. Isso é particularmente benéfico em reclamações trabalhistas, onde o tempo é um fator determinante. Muitas vezes, os valores devidos nas ações trabalhistas estão relacionados a direitos de natureza alimentar, como salários e férias, e a agilidade na tramitação do processo pode suavizar o impacto financeiro sobre o trabalhador.

Além disso, o Seguro Garantia Judicial proporciona uma maior segurança jurídica. As seguradoras, ao assumirem a responsabilidade pela garantia da dívida, fazem uma análise detalhada da situação econômica do segurado



(empresa), o que pode resultar em uma maior certeza quanto ao efetivo cumprimento da obrigação ao final do processo. Isso confere ao reclamante uma proteção adicional, minimizando o risco de não recebimento dos valores a que law têm direito em caso de decisão favorável.

Outro aspecto a ser considerado é a flexibilidade do Seguro Garantia Judicial. Ao contrário de uma carta fiança, que pode ter requisitos rígidos e prazos específicos, o seguro pode ser adaptado às necessidades de cada operação, permitindo o uso de diferentes modalidades e condições que se adequem tanto ao perfil das empresas quanto às especificidades de cada caso trabalhista. Essa adaptabilidade se traduz em uma gestão mais eficiente da garantia oferecida, o que também pode refletir em condições mais favoráveis na negociação entre as partes.

Portanto, o papel do Seguro Garantia Judicial nas reclamações trabalhistas vai além da simples função de garantir o cumprimento das obrigações. Ele atua como um facilitador do acesso à Justiça, garantindo a proteção dos direitos laborais e promovendo uma tramitação mais célere e segura dos processos. Esse instrumento não apenas contribui para a eficaz resolução dos conflitos trabalhistas, mas também se alinha com a busca por um sistema judiciário mais eficaz, menos oneroso e mais acessível a todos os envolvidos.



4. Comparação entre Carta Fiança e Seguro Garantia: Vantagens e Desvantagens

A comparação entre Carta Fiança e Seguro Garantia Judicial no contexto do processo trabalhista revela nuances significativas que podem influenciar a escolha do instrumento mais adequado para garantir o cumprimento de decisões judiciais. Ambos os mecanismos têm como finalidade assegurar o cumprimento das obrigações, mas apresentam características distintas que devem ser consideradas tanto por empregados quanto por empregadores.

A Carta Fiança é um instrumento bancário que se caracteriza pela promessa de pagamento da instituição financeira em favor do beneficiário caso o fiado (o devedor) não adimpla sua obrigação. Sua principal vantagem reside na simplicidade e agilidade com que pode ser obtida, uma vez que as instituições financeiras estão habituadas a operar com esse tipo de garantia. Além disso, a Carta Fiança tende a ter um custo competitivo em comparação com outros tipos de garantias, já que o banco pode oferecer condições vantajosas em função do relacionamento que mantém com o cliente.

Entretanto, a Carta Fiança também apresenta desvantagens. Uma das principais é que o limite de garantia tende a ser restrito pela capacidade de crédito do fiador, o que pode limitar o valor coberto em algumas situações. Além disso, existe o risco de que a instituição financeira, ao assumir compromissos desenfreados, aplique restrições e condições que podem não



ser favoráveis ao cliente no momento da execução da fiança.

Por outro lado, o Seguro Garantia Judicial se consolida como uma alternativa robusta e flexível. Com a emissão do seguro, a seguradora se compromete a pagar ao segurado o valor da obrigação principal, caso ocorra o inadimplemento por parte do devedor. A principal vantagem do Seguro Garantia é a liberdade que ele proporciona quanto ao valor da garantia, uma vez que as seguradoras podem avaliar e assegurar contratos de forma a atender diferentes montantes e condições específicas.

Ademais, o Seguro Garantia geralmente não limita o valor da garantia ao crédito do tomador, podendo proporcionar uma margem de segurança maior em ações trabalhistas que envolvem valores expressivos. Outro ponto positivo é que esses seguros contam com uma gama de opções que permitem personalizar a cobertura de acordo com as necessidades particulares do processo.

No entanto, as desvantagens do Seguro Garantia incluem a complexidade e o tempo de processamento para a sua obtenção, que costumam ser maiores que os da Carta Fiança. Além disso, as apólices do Seguro Garantia podem implicar em custos mais altos, o que pode ser um fator limitante para algumas empresas, especialmente aquelas que operam em um cenário econômico restrito.



Em síntese, a escolha entre Carta Fiança e Seguro Garantia Judicial deve considerar aspectos como a natureza da obrigação a ser garantida, o valor envolvido, o tempo disponível para obtenção da garantia e a situação financeira da parte responsável. A análise cuidadosa dessas variáveis permitirá que as partes envolvidas optem pelas alternativas que melhor se ajustem às suas necessidades e circunstâncias, assegurando maior segurança jurídica em suas relações trabalhistas.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

5. Práticas e Procedimentos para Utilização da Carta Fiança e Seguro em Ações Judiciais

A utilização de Carta Fiança e Seguro Garantia Judicial no âmbito das ações trabalhistas envolve alguns passos e procedimentos essenciais que garantem a efetividade e conformidade com a legislação vigente. Este capítulo tem como objetivo apresentar um roteiro prático para a utilização desses instrumentos, focando em aspectos administrativos e jurídicos fundamentais para garantir a segurança e a eficácia durante a tramitação de processos trabalhistas.

Primeiramente, é necessário entender que a Carta Fiança é um instrumento que deve ser elaborado e emitido por instituições financeiras ou companhias de seguros, com a devida autorização para atuar como garantidora. O primeiro passo nesse processo é a escolha do banco ou da seguradora que oferecerá a Carta Fiança. Para isso, é recomendável que as partes interessadas verifiquem as condições oferecidas, como taxas de juros, prazos de validade e garantias exigidas, de modo a selecionar a opção que melhor se adeque à sua situação financeira e às exigências do processo judiciário.

Uma vez escolhida a instituição emissora, o próximo passo é solicitar a Carta Fiança. Essa solicitação deve conter todos os dados relevantes da ação judicial, incluindo o número do processo, o valor da multa ou da obrigação que se pretende garantir, e qualquer outro dado necessário. É fundamental



que o contratante esteja ciente das condições e cláusulas do contrato de fiança, uma vez que a inobservância de determinados requisitos pode levar à nulidade do instrumento de garantia ou à sua execução indevida.

Para o Seguro Garantia Judicial, o procedimento é similar e segue etapas análogas. O trabalhador ou seu advogado deve entrar em contato com uma seguradora de confiança e solicitar uma proposta de apólice de seguro garantia judicial. A seguradora avaliará a situação financeira do requerente e os riscos envolvidos na operação antes de elaborar a proposta de cobertura. Ao receber a proposta, o contratante deve ler atentamente todas as condições, prazos, e limites de cobertura definidos na apólice, garantindo que estas atendam às necessidades do litígio em questão.

Após a contratação da Carta Fiança ou do Seguro Garantia, o documento deverá ser juntado aos autos do processo judicial. É imprescindível que o juiz seja informado sobre a garantia apresentada, bem como que as partes envolvidas mantenham uma comunicação clara e aberta sobre os termos da fiança ou seguro. A apresentação do documento deve seguir as especificações requeridas pelo juiz, pois isso garante a validade da garantia e evita possíveis questionamentos no futuro.

Outro ponto importante a ser considerado é o acompanhamento da execução da fiança ou do seguro durante o trâmite da ação. É recomendado que o



contratante mantenha registros de toda a documentação e protocolos de entrega de fianças e seguros, pois isso pode ser crítico em caso de dispute ou necessidade de aplicação da garantia. Além disso, é fundamental que o contratante esteja atento às datas de vencimento e prazos estabelecidos pela Justiça para a validade das garantias, de modo a evitar surpresas desagradáveis que possam comprometer o andamento do processo.

Finalmente, tanto na Carta Fiança quanto no Seguro Garantia Judicial, é essencial que as partes tenham claro os direitos e deveres envolvidos. É válido ressaltar que na eventualidade de uma execução da fiança ou do seguro, o contratante deverá seguir todos os procedimentos legais pertinentes, sendo aconselhável contar com o suporte de um advogado especializado em Direito do Trabalho. Esse último aspecto não apenas orienta sobre como proceder, mas também sobre as melhores práticas para a resiliência das garantias em uma eventual judicialização, garantindo assim que os interesses da parte fiadora sejam respeitados e protegidos.



6. Considerações Finais e Oportunidades de Uso da Garantia Judicial no Trabalho

O estudo da Carta Fiança e do Seguro Garantia Judicial, dentro do contexto do processo do trabalho, revela a importância dessas modalidades como instrumentos eficazes de proteção patrimonial e facilitação do acesso à justiça. Ao final da análise, podemos apontar algumas considerações que se destacam como conclusões sobre a utilização dessas garantias, além de explorar novas oportunidades de seus usos no ambiente empresarial e jurídico.

Em primeiro lugar, a Carta Fiança e o Seguro Garantia Judicial se mostram como alternativas viáveis à tradicional caução em dinheiro. Elas não apenas preservam a liquidez do patrimônio da parte garantidora, mas também oferecem uma forma mais ágil de atendimento ao cumprimento de obrigações judiciais. Essa agilidade é especialmente importante no ambiente do Direito do Trabalho, onde, muitas vezes, o tempo é um fator crucial para a efetividade da justiça, especialmente em casos que envolvem direitos trabalhistas e a subsistência do trabalhador.

Além disso, a comparação das características de cada modalidade evidencia que o Seguro Garantia Judicial tende a apresentar maior flexibilidade e possibilidade de customização às necessidades específicas de cada caso. A Carta Fiança, por outro lado, pode ser considerado um mecanismo mais



simples, dependendo da relação com a instituição financeira que a emite.

Ambos os instrumentos, portanto, têm suas particularidades que podem ser exploradas em diferentes contextos dentro do processo trabalhista.

As oportunidades futuras para a utilização de garantias judiciais no Direito do Trabalho são inúmeras. Um espaço que se mostra promissor é o aumento da conscientização por parte dos empregadores sobre as vantagens da utilização de cartas fianças e seguros garantia não apenas em processos litigiosos, mas também como parte de um planejamento estratégico para riscos trabalhistas. Essa abordagem proativa pode evitar litígios e garantir que, mesmo em situações adversas, as empresas estejam amparadas.

Ademais, a capacitação e o acesso à informação sobre as garantias judiciais devem ser promovidos, tanto para advogados quanto para empresários. A compreensão das nuances e da legislação relacionada pode ampliar a aceitação dessas práticas no cotidiano das relações de trabalho, facilitando negociações e promovendo soluções mais harmoniosas que integrariam segurança jurídica e bom senso empresarial.

Por fim, cabe ressaltar que a colaboração entre o meio jurídico e as instituições financeiras pode favorecer o desenvolvimento de produtos e soluções inovadoras que aprofundem a eficácia das garantias judiciais. Um diálogo construtivo entre essas partes poderá gerar um ambiente mais



robusto e seguro para os trabalhadores e empregadores, contribuindo para a justa aplicação da legislação trabalhista e excelência na prestação de contas do judiciário.

Em suma, as potencialidades da Carta Fiança e do Seguro Garantia Judicial no processo do trabalho são vastas e podem transformar a forma como questões trabalhistas são geridas. O caminho para a adoção mais ampla dessas garantias começa com a educação e a conscientização, visando uma Justiça do Trabalho mais eficiente e resiliente.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

5 citações chave de Carta Fiança E Seguro Garantia Judicial No Processo Do Trabalho

1. "A carta fiança é um instrumento financeiro que garante o cumprimento de obrigações, sendo amplamente utilizada no campo trabalhista como substitutivo ao depósito judicial."
2. "A escolha entre a carta fiança e o seguro garantia judicial deve ser feita com base nas características do caso concreto, considerando a segurança e a eficácia da garantia apresentada."
3. "A utilização da carta fiança no processo do trabalho confere maior agilidade ao trâmite processual, uma vez que evita a imobilização de valores em contas judiciais."
4. "Os contratos de seguro garantia judicial devem ser elaborados com clareza, especificando as condições de cobertura, para evitar litígios futuros e garantir a proteção das partes envolvidas."
5. "É fundamental que advogados e partes compreendam as implicações jurídicas das garantias fornecidas, para que possam tomar decisões informadas no decorrer do processo judicial."





Digitalizar para baixar



Bookey APP

Mais de 1000 resumos de livros para fortalecer sua mente

Mais de 1M de citações para motivar sua alma

Clipes de ideias de 3 minutos

Acelere seu progresso

Evitar Críticas em Relacionamentos Interpessoais

Criticar os outros apenas provoca resistência e prejudica a autoestima deles, despertando ressentimento ao invés de resolver problemas. Lembre-se de que qualquer tolo pode criticar, mas é preciso caráter e autocontrole para ser compreensivo e perdoar.

Exemplo(s) ▶

Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas

Mantenha a Sequência

Desafio de crescimento de 21 dias

Desafio de Crescimento Pessoal de 21 Dias

Meta diária: 0/5 min
Leia ou ouça para atingir sua meta

1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20

DIA 21
Obter recompensa do desafio

0 vezes
Você completou

Descobrir Biblioteca Eu

Escolha sua área de foco

Quais são seus objetivos de leitura?

Escolha de 1 a 3 objetivos

- Ser uma pessoa eficaz
- Ser um pai melhor
- Ser feliz
- Melhorar habilidades sociais
- Abrir a mente com novos conheci...
- Ganhar mais dinheiro
- Ser saudável

Continuar